

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Comemoração do Centenário do Tribunal de Contas da União

A juventude e a turbulência de nossa história emprestam significado único às comemorações do centenário do Tribunal de Contas da União, das quais, como cidadão e Presidente da República, tenho satisfação de participar nesta cerimônia.

A todos nós alenta reconhecer e exaltar que, não obstante tropeços em nosso processo evolutivo, o Brasil tenha podido contar com o trabalho obstinado de instituições fundamentalmente comprometidas com a proteção e o aperfeiçoamento dos valores de convivência dos brasileiros.

A democracia não se instala, e muito menos se consolida, pela ação isolada de setores minoritários da sociedade. Democracia não é aventura política. No caso brasileiro, reconquistamos o estado de direito e as liberdades essenciais pela força solidária e majoritária de seus cidadãos, unidos em torno da convicção de que o Brasil pode e deve ser um lugar onde vivam todos uma vida digna.

Com apoio firme e permanente de instituições como o Tribunal de Contas da União, o Brasil pôde reafirmar sua luta pelo primado do Direito e contra a impunidade, fonte perversa, esta última, do desrespeito à coisa pública, da iniquidade na distribuição dos benefícios econômicos entre a cidadania, da falta de lisura nos procedimentos oficiais, do avanço nos cofres da União, do sucateamento do patrimônio nacional.

«O Tribunal de Contas da União reponta como um aliado heróico da cidadania.»

O que está acontecendo é de fácil compreensão: enquanto alguns manipulam o poder do dinheiro sem nenhuma cerimônia, nós estamos gerindo o dinheiro do Poder com a maior seriedade e diligência.

Sobre a base sólida das Cortes de fiscalização e controle dos bens públicos, a nacionalidade tem a segurança da parceria do Estado na tarefa exemplar de reconstrução nacional, numa conivência cívica que fortalece a voz soberana do povo e pavimenta a normalidade democrática. As normas jurídicas só são capazes de resistir ao arbítrio e à intolerância quando as normas morais conseguem derrotar a falsa legitimidade da eficiência do Estado onipresente.

Essa foi a principal mensagem da sociedade brasileira ao consagrar, na Constituição de 1988, importantes inovações em matéria de competência e jurisdição do Tribunal de Contas. De maneira inequívoca, o texto constitucional quis reservar a este órgão de apoio do Poder Legislativo papel proeminente na administração do País, outorgando-lhe maior liberdade e independência de ação, favorecendo o funcionamento institucional da Corte e fortalecendo o «espírito da Casa» na fiscalização e controle da coisa pública.

Justificando as novas responsabilidades constitucionais que lhe foram comandadas, o Tribunal de Contas da União ora reponta como um aliado heróico da cidadania. Sua luta contra a corrupção e o mau uso do dinheiro público reveste-se de suma importância em nossa batalha coletiva contra a inflação, cuja vítima primeira e mais indefesa costumam se as classes desfavorecidas da sociedade brasileira.

Participo, assim, das comemorações do centenário do Tribunal de Contas da União em tributo de homenagem a esta egrégia Corte. Em nome da sociedade brasileira e no meu próprio, venho nesta cerimônia renovar nosso mais penhorado reconhecimento pelos esforços emprestados à nobre tarefa de devolver à nacionalidade o sentido de missão do oficio público.

Estou convencido de que juntos haveremos de reabilitar a ética de administrar, legislar, julgar, fiscalizar e controlar o patrimônio nacional, em representação exclusiva do povo brasileiro e na defesa constante do interesse coletivo.

Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na cerimônia de comemoração do centenário do Tribunal de Contas da União, em Brasília, DF, no dia 7 de novembro de 1990.